



Juventude, classe social e política

Ana Targina Rodrigues Ferraz*

Rafael Bellan**

Franciani Bernardes***

Lançamos o primeiro número do décimo segundo volume da revista Argumentum neste início de 2020, tomados pelo assombro com a intensidade e velocidade do contágio, da letalidade e do caos mundial gerado pela pandemia do novo coronavírus. Não que este caos já não estivesse no horizonte. Cientistas, ativistas ambientais e jornalistas, em documentário recente circulando na plataforma de streaming Netflix, apresentaram as possibilidades da humanidade enfrentar uma nova e perigosa pandemia em curto espaço de tempo. O que talvez mais nos cause choque e assombro seja o horror de enfrentar um vírus tão contagioso e letal em um contexto de avanço do ultraliberalismo e suas medidas de promoção deliberada da morte de parte expressiva da humanidade por meio do desemprego; do desfinanciamento das políticas sociais; do encarceramento e genocídio de jovens negros e pobres; da criminalização dos movimentos sociais; da destruição cada vez mais acelerada dos recursos naturais e da ascensão do autoritarismo explícito. No Brasil, não bastasse a confluência de todos esses elementos, também enfrentamos o obscurantismo, a negação do conhecimento científico e o desprezo pela razão dos atuais mandatários no governo federal.

A nova pandemia explicita a completa falência do modelo civilizacional capitalista em que a busca pela valorização do valor, o dinheiro que faz dinheiro descolado da produção em níveis cada vez mais elevados destrói sem piedade a vida dos seres humanos e de todas as espécies, em sua lógica predatória. As vidas dos bilhões de trabalhadores miseráveis pelo mundo nunca importaram para o capital. O desmonte acelerado dos sistemas públicos de saúde e educação e a completa desregulamentação das relações entre capital e trabalho em que a precariedade, os baixos salários - ou a ausência de salários - e as jornadas extensas e exaustivas são a regra, provam que a preservação da vida está longe de ser uma prioridade para os donos do dinheiro e do poder.

Neste sentido o dilema posto aos brasileiros pelos participantes das carreatas da morte e defensores da ditadura, entre salvar vidas ou a economia, obscurece as possibilidades de colocarmos na mesa que se trata de nos defrontarmos de uma vez por todas com o abismo, no qual a busca pelo lucro encontra-se em oposição, em choque com o pleno desenvolvimento da vida, da democracia e da justiça. E neste abismo, ainda mais profundo pela nova pandemia, a vida de jovens e idosos pobres são ceifadas cotidianamente pela fome, pela violência, pelo desamparo, pela doença. Espreita-nos o horror do caos sanitário e da fome. Nenhuma medida

* Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes, Vitória, Brasil). Editora chefe.

** Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes, Vitória, Brasil). Editor temático.

*** Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes, Vitória, Brasil). Editora temática.

para impedir demissões, aumentar o número de participantes dos programas assistenciais como Bolsa Família e BPC, aumentar o valor e o tempo de vigência do benefício emergencial e socorrer micros e pequenos empresários no curto e médio prazo tem sido tomada. O cenário que se avizinha será ainda mais penoso para os jovens pela exasperação do desemprego e por não se enquadrarem nos critérios para recebimento de benefícios. A juventude, que tem sido capaz de denunciar de forma contundente em grandes manifestações de rua e ocupações de praças e escolas as mazelas do capitalismo em todo o mundo por ser sua maior vítima, poderá agora ser também vítima do silenciamento. Diversos governos têm abolido regras democráticas e exacerbado os poderes de seus líderes em nome do combate à pandemia. Mecanismos de vigilância e controle por meio de celulares para evitar as aglomerações podem se tornar importantes mecanismos para evitar ou controlar manifestações de rua em um futuro muito próximo. A facilidade e rapidez do contágio pelo novo coronavírus também pode levar a uma exacerbação do conservadorismo e do controle sobre comportamentos e corpos. Tempos ainda mais sombrios parecem se avizinhar e por isso a necessidade dos governos estabelecerem instrumentos estatais ainda mais rígidos de controle e contenção de resistências e reações. Resistências e reações que precisam ser ainda mais contundentes e firmes.

Foi por observarmos o potencial disruptivo e anticapitalista das manifestações juvenis que propomos aos nossos estudiosos a apresentação dos resultados de suas pesquisas, dos seus trabalhos de investigação em torno da heterogeneidade da juventude, do caráter abertamente classista de muitas de suas organizações e manifestações e da violência cotidiana de que são vítimas. Recebemos poucos artigos. Muitas podem ser as explicações. Não acreditamos que o tema não seja relevante para a área ou que, ao contrário, tenha se esgotado. A conjuntura de aprofundamento da barbárie capitalista, que nos esgota física e emocionalmente, e as exigências de produtividade e excelência em meio à escassez de recursos (cortes de financiamentos para pesquisas, bolsas e verbas de custeio) podem ter criado ainda mais dificuldades para a realização e conclusão de nossos trabalhos de investigação. Entre tantas outras, esta parece ser uma explicação plausível.

Entretanto, os artigos publicados neste número são trabalhos de qualidade e transitam pelos diversos aspectos que envolvem o tema. As dinâmicas de violência a qual estão submetidas grandes parcelas da juventude, cujos casos de homicídio alcançam índices alarmantes, são investigadas na particularidade do contexto capixaba, em que se revela a dinâmica relacional entre a desproteção social e o assassinato de jovens negros e pobres. Esse juvenicídio aparece como produto da reprodução ampliada do capital, que descarta a vida dos que não se encaixam em seus padrões. Outro texto do tema examina duas décadas de programas sociais no Rio de Janeiro e confirma que a desproteção à criança e ao jovem entra em choque com as normas integrais de apoio social, atestando que o Estado não assume efetivamente um sistema de garantia de direitos.

A política de encarceramento em massa desse contingente da população também é debatida no dossiê, vista como mecanismo punitivista acoplado à ascensão dos discursos de ódio que ganham materialidade em uma justiça penal pautada na eliminação do *inimigo*. A mídia surge como auxiliar desse processo, via orientação ideológica de estigmatização do jovem periférico, enquanto a sociedade decreta ao Estado quem deve ser o alvo da vez. A barbárie social

produzida pelas processualidades ativas do capital em crise direciona a juventude da classe trabalhadora para violências das mais diversas, sendo que não pode ser minimizada a questão étnico-racial, evidenciada, neste número, na análise das formas de racismo produzidas no interior das instituições escolares. A identidade da juventude negra é homogeneizada, o que achata as possibilidades de compreensão de sua dinâmica.

Mas se os complexos aspectos tratados até aqui apontam para um cenário devastador, há no horizonte político possibilidades de novos levantes que, muitas vezes não atendendo um modelo de conflitualidade cimentado em categorias científicas pré-estabelecidas, nos desafia a pensar as lutas sociais. Ao examinar a experiência da Frente de Luta Popular no Rio de Janeiro, vemos que é possível, e necessária, a criação de territórios cotidianos capazes de instituir novas relações coletivas, com postura crítica em relação ao Estado e aos governos. São experiências como essa que colocam na ordem do dia a defesa da organização da classe trabalhadora, tecendo formas políticas capazes de aglutinar não só a juventude, mas os que percebem que precisamos nos indignar e nos erguer.

Finalmente, a equipe editorial agradece a todos os envolvidos na confecção e publicação deste número, nomeados no expediente e no sumário da revista.